



Prof. Dr. Luciano Nakabashi

André Ribeiro

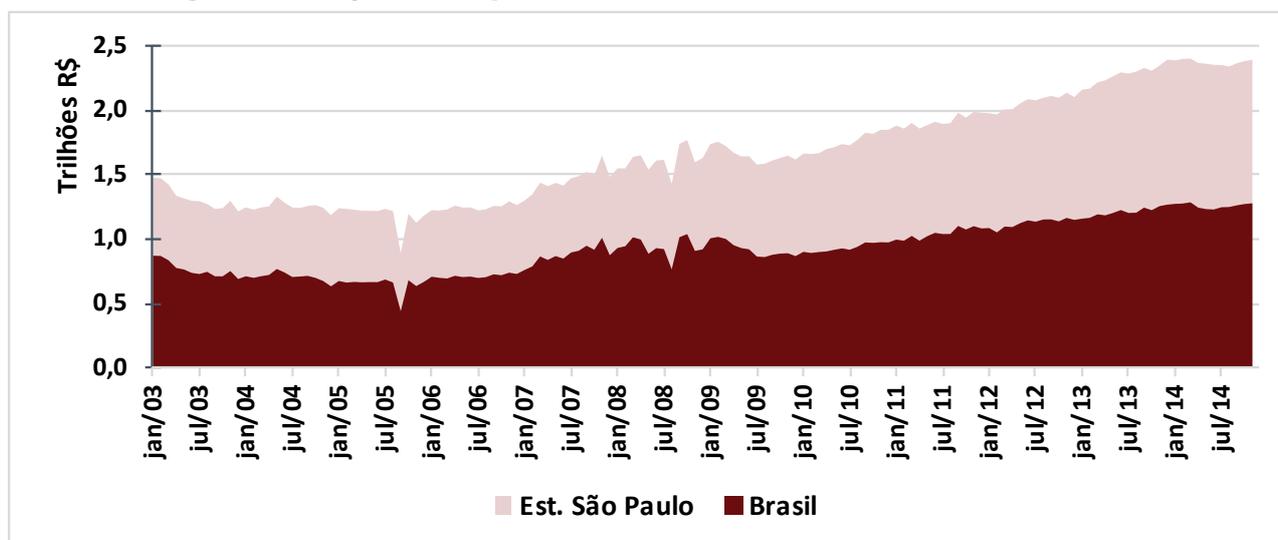
Marina Cassiano Ribeiro

No começo de Janeiro, o Banco Central divulgou informações de crédito referentes aos meses de Outubro e Novembro de 2014. Assim, apresentaremos uma visão geral da evolução do mercado de crédito ao longo dos últimos anos, comparando com a situação atual.

Na Figura 1, podemos verificar a evolução do saldo total, tanto a nível nacional quanto para o estado de São Paulo. Nota-se

uma clara evolução no volume de crédito concedido, especialmente após 2006. Outro ponto importante é a concentração do crédito, que embora ainda elevada em um único estado, tem mostrado tendências de redução. Em Janeiro de 2003, o estado de São Paulo correspondia a 59% do total do saldo de crédito do país. Em Novembro de 2014, esse número passou para 53,4%.

Figura 1 - Evolução do estoque total de crédito no Brasil e no estado de São Paulo



Fonte: ESTBAN/BCB

Do saldo total concedido no estado de São Paulo, cerca de 86,9% são referentes a concessões feitas na região metropolitana, e o restante (13,1%) no interior. Das regiões analisadas, vemos

que cerca de 25% do crédito concedido no interior do estado estão concentradas em apenas 4 municípios, de acordo com os resultados apresentados na Tabela 1.



Prof. Dr. Luciano Nakabashi

André Ribeiro

Marina Cassiano Ribeiro

Tabela 1 – Participação dos municípios no estoque total de crédito do interior do estado de São Paulo

Participação no saldo de crédito	%
Interior de São Paulo	
Campinas	10,6%
Ribeirão Preto	9,2%
R. Adm. Ribeirão Preto	11,7%
São José do Rio Preto	3,3%
Franca	1,8%

Fonte: ESTBAN/BCB

É interessante notar aqui é que, muito embora o município de Ribeirão Preto seja proporcionalmente muito menor que o de Campinas, o volume de crédito é muito próximo, o que ressalta a importância do setor creditício e o nível de atividade econômica para a região.

A Tabela 2 resume as principais modalidades de crédito, entre as diversas regiões analisadas, para o mês de Novembro de 2014. Nela, observa-se que o estoque de crédito cresceu 1,9% até

Novembro, sendo um destaque a região e o município de Ribeirão Preto, com taxas de crescimento acima de 9,0%.

Esse crescimento mais forte em Ribeirão foi devido principalmente ao crédito imobiliário e o voltado ao agronegócio. Juntos, essas duas modalidades representam 29,1% do total de crédito nacional concedido, sendo que para o município de Ribeirão Preto, perfazem um total de 48,4% do saldo total de crédito.

Tabela 2 - Estoque Total e Taxa de Crescimento* das Operações de Crédito de Novembro/2014

(em milhões de reais)	Operações de Crédito		Empréstimos e Títulos Descontados		Financiamentos em geral		Financiamentos Imobiliários		Agronegócios	
Brasil	2.392.496	1,9%	765.530	-5,1%	387.162	-0,3%	475.859	17,5%	220.046	8,5%
Estado de São Paulo	1.278.755	1,8%	399.571	-2,7%	246.753	-4,3%	194.533	15,0%	65.041	0,9%
Região Metropolitana de São Paulo	1.110.979	2,0%	331.763	-1,2%	229.733	-4,5%	148.748	15,5%	39.347	-7,6%
Interior de São Paulo	167.776	0,5%	67.808	-9,7%	17.020	-2,3%	45.784	13,4%	25.694	17,4%
Região Administrativa de Ribeirão Preto	19.922	9,0%	6.379	-4,2%	3.005	-0,4%	3.733	17,6%	6.000	23,2%
Ribeirão Preto	15.666	10,1%	4.915	-3,4%	2.671	-0,1%	2.801	20,0%	4.785	29,5%
Campinas	17.039	-2,2%	7.326	-9,9%	2.729	-14,9%	3.291	6,8%	1.306	35,7%
São José do Rio Preto	5.617	-3,9%	2.544	-14,8%	569	-17,7%	1.824	12,2%	607	-1,5%
Franca	2.950	-3,6%	1.131	-11,8%	316	-4,3%	999	17,4%	382	8,4%

*Taxa de Crescimento Novembro14 vs Novembro13

Fonte: ESTBAN/BCB



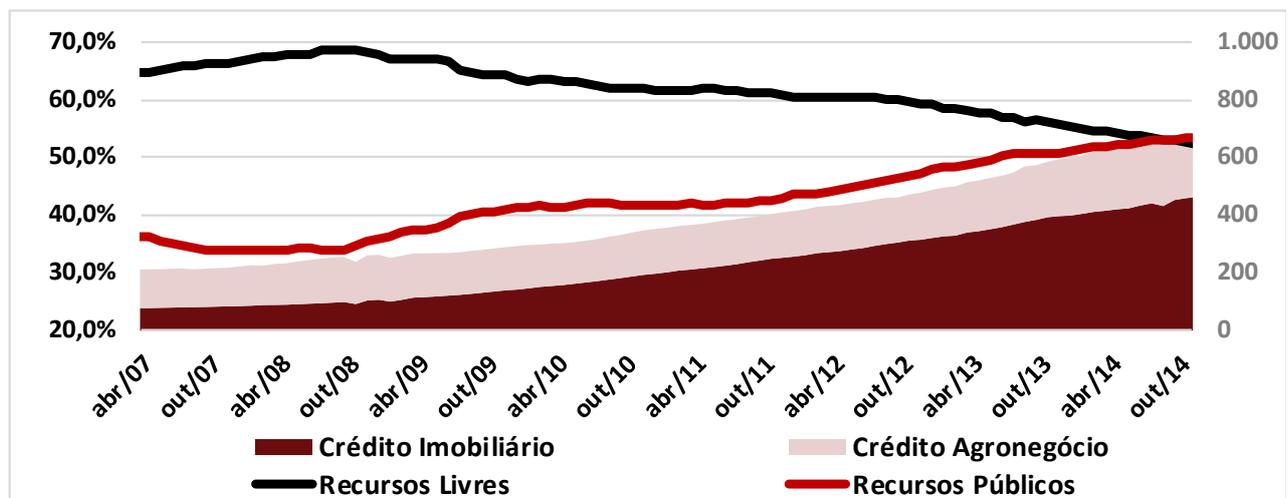
*Prof. Dr. Luciano Nakabashi
André Ribeiro
Marina Cassiano Ribeiro*

Enquanto Ribeirão Preto se destaca com o crescimento mais elevado para crédito Imobiliário (+20,0%), Campinas se destaca no crédito para o Agronegócio (+35,7%). No entanto, vale ressaltar que o total concedido para o setor de agronegócios de Campinas é pequeno e, desse modo, pequenas elevações no montante geram expressivas variações percentuais.

Na Figura 2, nota-se a influência do governo nas políticas de concessão de crédito. O governo federal, através de políticas

de promoção ao crédito imobiliário, a partir de 2008/2009, e do crédito para o agronegócio, a partir de 2012/2013, tem aumentado a participação do setor público no total de concessões (linha vermelha do gráfico). Como essas modalidades são direcionadas a determinados setores da economia, a contrapartida é uma redução dos recursos livres (linha em preto).

Figura 2 – Estoque de crédito de acordo com origem e destino



Fonte: ESTBAN/SGS(BCB). Elaboração própria

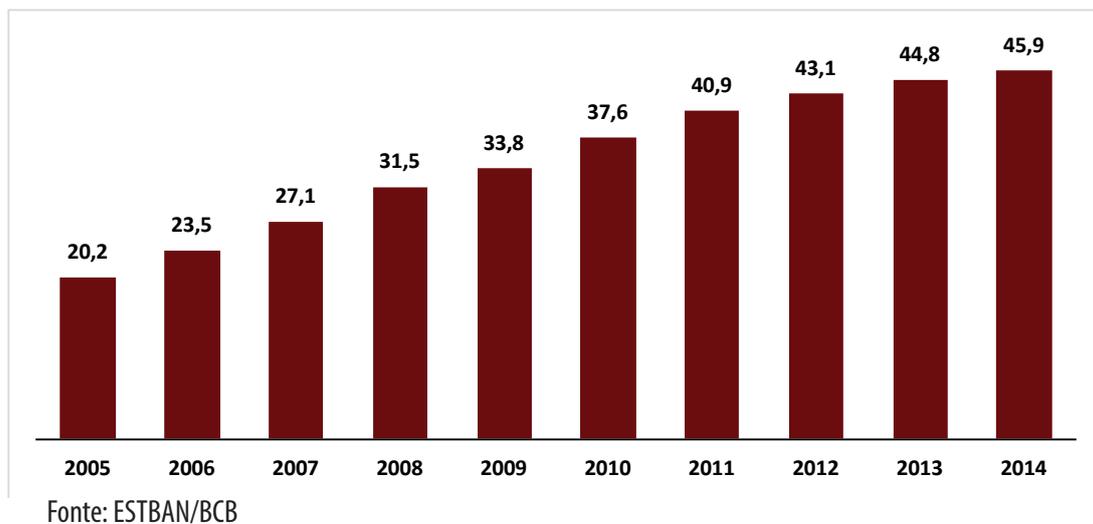
Quanto às demais modalidades de crédito, até mesmo influenciadas pela conjuntura econômica menos favorável, as categorias de Empréstimos e Financiamentos em Geral apresentaram taxas negativas nos últimos meses, com quedas mais fortes para as regiões de Franca, São José do Rio Preto e Campinas.

Outro fator importante na análise é a situação do endividamento das famílias. Pela Figura 3, notamos que desde 2005 houve uma alta crescente no endividamento, que aumenta concomitantemente com as políticas de concessão de crédito do governo. Segundo os números da tabela, hoje o percentual de endividamento chega a 45,9%.



Prof. Dr. Luciano Nakabashi
André Ribeiro
Marina Cassiano Ribeiro

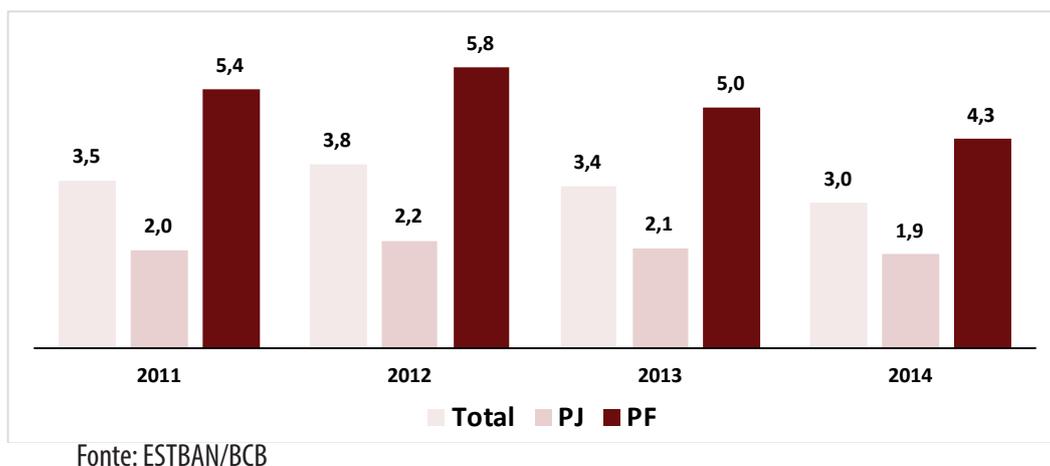
Figura 3 – Evolução do endividamento das famílias (YTD setembro/2014)



Comparativamente, as percentagens de inadimplência de pessoas físicas e pessoas jurídicas têm diminuído nos últimos anos, principalmente a de pessoas físicas, que entre 2013 e 2014

teve um declínio de 0,7%. Já a de pessoas jurídicas, entre 2013 e 2014 teve uma leve queda de 0,2%.

Figura 4 – Evolução da inadimplência (%) – Total, PJ e PF (YTD setembro/2014)



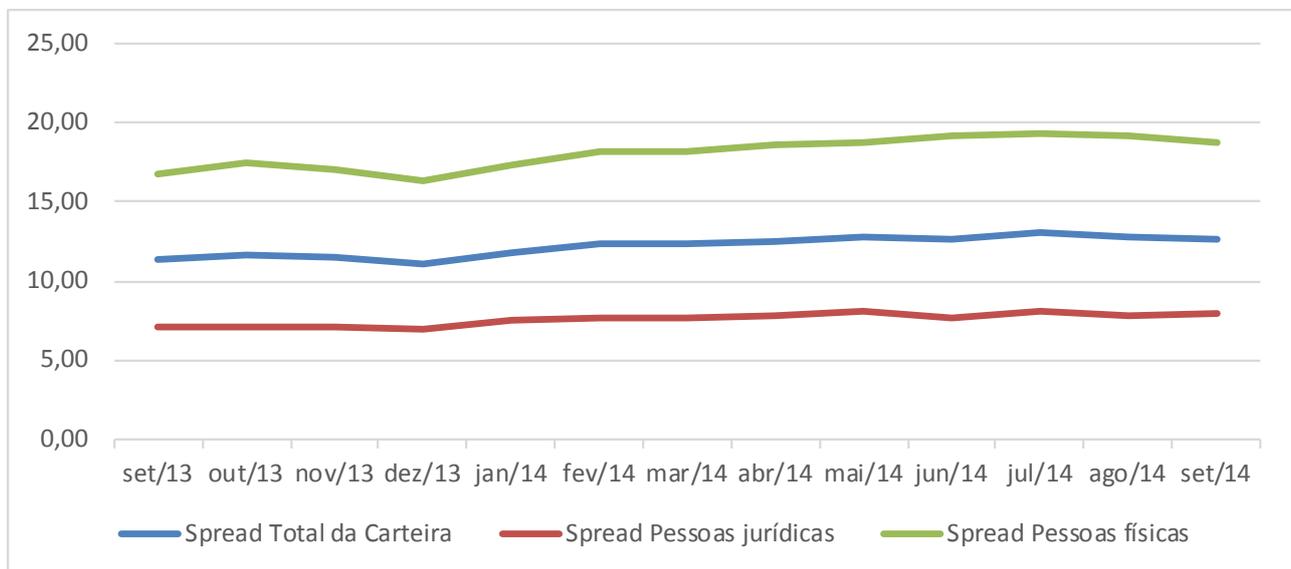


*Prof. Dr. Luciano Nakabashi
André Ribeiro
Marina Cassiano Ribeiro*

De acordo com a Figura 5, nota-se que o spread total da carteira, de pessoas físicas e jurídicas, em um ano, tem se mantido relativamente constante ao longo dos últimos meses. Percebe-se ainda que o spread para pessoas físicas é bem maior que aquele

para pessoas jurídicas. Isso ocorre porque o risco de inadimplência de pessoas físicas é bem maior que o de pessoas jurídicas (Figura 4). teve um declínio de 0,7%. Já a de pessoas jurídicas, entre 2013 e 2014 teve uma leve queda de 0,2%.

Figura 5 – Evolução do spread total da carteira, de pessoas físicas e jurídicas (um ano)



Fonte: ESTBAN/BCB